

LINGUAGEM E CONDIÇÃO SOCIAL NO BRASIL

Celso Cunha

Quando examinamos a literatura existente sobre o Português do Brasil, chama-nos a atenção o excessivo número de trabalhos gerais, teorizantes, em contraste com os poucos estudos fundados em observações diretas. E essas generalizações apressadas, de regra, nada mais representam do que a aplicação pura e simples à complexa realidade lingüística brasileira de certos conceitos (melhor talvez dizermos preconceitos) então em moda na lingüística européia ou na americana.

O próprio *status* da modalidade lingüística de que nos servimos não está claramente definido, ou melhor, as conceituações propostas até aqui se baseiam em razões extralingüísticas, que refletem, invariavelmente, a visão historicista ou nacionalista de seus autores. Daí as denominações variadas, que vão desde as jacobinas (do tipo *língua brasileira*) às subservientes (como *dialeto brasileiro*). Isso sem falar nas neutras, anódinas, (a exemplo de *língua* ou *idioma nacional*), que mais de uma vez têm valido para acalmar zelos patrióticos, mas que, em verdade, deixam a língua inominada, pois não há país soberano que não possua o seu idioma nacional.

Quando, em fins do século passado, o sábio filólogo português José Leite de Vasconcelos chamou "dialeto brasileiro" à modalidade assumida pelo Português na América, orientou-se pelo parentesco historicamente condicionado entre o Português básico, originário, e suas formas ultramarinas. Numa época em que a ciência só se interessava pelos fatos lingüísticos

em sua história, a classificação genética de Leite de Vasconcelos justificava-se plenamente.

Hoje, porém, com os progressos da dialectologia românica e, particularmente, da dialectologia hispânica, o emprego do termo *dialeto* para designar o espanhol e o português americano em seu estado atual é não só perturbador, mas carece de apoio científico. Numa contrapartida nacionalista, poderíamos ser tentados — e alguns já o foram — a considerar também *dialeto* à modalidade europeia em seu conjunto, o que, como pondera Manuel Alvar, é um contrasenso, e implica a confusão das noções de *língua* e *dialeto*, necessariamente distintas.

Vem a propósito recordar os argumentos convincentes com que, num dos últimos Congressos de Lingüística e Filologia Românicas, o Professor Gueórgui Stepanov, da Universidade de Leningrado, mostrou o desarrazoado da aplicação de tal terminologia ao espanhol americano.

Em primeiro lugar, lembra Stepanov (e isto não sofre dúvida), o termo *dialeto* evoca a “idéia de dependência (mais unilateral que recíproca) entre o dialeto, modalidade lingüística tida como inferior, e o idioma nacional, concebido sempre como a síntese superior”.

Ora, quanto ao português e ao espanhol, ninguém mais contesta, à *bon droit*, a existência, em cada caso, de uma comunidade lingüística ibero-americana. Também não se pode negar que as modalidades americanas do português e do espanhol, que forjam e continuam forjando suas próprias normas, inclusive no campo da expressão literária, devem qualificar-se “como objetos sociolingüísticos especiais, em certo sentido autônomos, que coexistem nos limites da referida comunidade lingüística”, sólida, mas não estática, antes de acentuado dinamismo evolutivo.

A esse novo objeto sociolingüístico Stepanov dá o nome de *variante*.

Para ele, “a diferença básica do valor metodológico entre o *dialeto* e a *variante* consiste em distintos modos de funcionamento social: o primeiro (o dialeto) é utilizável só por uma parte da comunidade humana no seio da nação; a segunda (a variante) é um instrumento usado pela nação inteira”.

“Sob este aspecto todas as variantes são paritárias, e as peculiaridades da variante peninsular podem também qualificar-se como “desvios” (iberismos) em comparação com particularidades lingüísticas americanas (americanismos)”.

Acontece, porém — e são ainda palavras de Stepanov —, que o prestígio da protovariante peninsular condiciona uma situação especial entre as variantes paritárias e leva ao dualismo das normas e à realização assimétrica destas na variante americana.

Daí a vacilação permanente da língua culta do Brasil, a dificultar padrões para o ensino, mesmo depois que certas atitudes radicais dos escritores modernistas conseguiram diminuir, em alguns casos, o vácuo enorme que separava a expressão falada da escrita.

Essa interferência, historicamente explicável, ainda hoje consentida — e por muitos gramáticos até ardentemente desejada — não é, como se costuma afirmar, uma riqueza idiomática, pelo acréscimo de opções estilísticas. Ao contrário, não tendo raízes na língua viva, torna-se uma possibilidade de escolha irreal, um claro empecilho à expressão fluente do brasileiro a perder-se nas flutuações diassistemáticas.

Esta é, a nosso ver, a primeira distinção que as duas variantes nacionais da língua portuguesa apresentam em sua forma culta: a vigência de uma norma em Portugal; no Brasil, a ocorrência de dualidade ou de assimetria de normas, com predominância absoluta da norma portuguesa no campo da sintaxe, o que dá a aparência de relativa coesão entre as duas modalidades idiomáticas, principalmente na língua escrita.

É a história que vai explicar-nos esta relativa unidade da língua culta de Portugal e do Brasil — menos orgânica, é certo, do que a do castelhano europeu comparado ao americano (fato que a história também justifica) — e as sensíveis diferenças da língua popular em áreas dos dois países.

Passemos, pois, a examinar as causas de tais fenômenos, geralmente desdenhados ou mal enfocados por nossos lingüistas. E desde já adiantamos que nos ateremos à análise das teses e da documentação que as apóia, somente quando produzidas por aqueles filólogos e lingüistas cuja obra represente uma contribuição inegável para o melhor conhecimento das formas do nosso falar.

Ao tratarmos do domínio do território e da expansão da língua portuguesa na América, nossos lingüistas não costumam levar em linha de conta as advertências dos historiadores quanto às peculiaridades da colonização lusa, quanto ao longo predomínio do meio rural sobre o urbano e, principalmente, quanto às características dos aglomerados humanos

que se constituíram durante o período colonial, características que eles ainda vão conservar decênios decorridos da independência política. As denominações de *ciudades* e *vilas* fá-los pensar na força irradiadora de formas sócio-culturais, — o que nunca se negou aos centros europeus e que é tão sensível nos do Brasil atual —, de uma sociedade perfeitamente organizada em suas funções comunitárias — residencial, político-administrativa, comercial, industrial, cultural, religiosa, lúdica —, tudo a mover-se e a projetar-se como um todo.

Em sua obra, *Du rural à l'urbain*, acentua Henri Lefebvre este traço totalizante da cidade propriamente dita: o de projetar "sobre o terreno uma sociedade inteira, uma totalidade social ou uma sociedade considerada como totalidade, nela compreendidas sua cultura, suas instituições, sua ética, seus valores, em síntese: suas superestruturas, e também sua base econômica e as relações sociais que constituem sua estrutura".

É claro que tal arquétipo ideal de cidade só se corporifica integralmente, nos tempos modernos, com a generalização do fenômeno da megalópole. Mas não será aventurado afirmarmos que, desde o século XVI, as cidades européias e, mesmo, as da América Espanhola preenchiam, de regra, os requisitos mínimos que as tornavam centros difusores de formações variadas e de padrões institucionais, inclusive de normas lingüísticas.

Completamente diverso é o caso das 213 vilas e de 10 das 12 cidades que receberam esses títulos no período do Brasil-Colônia. Com exceção do Rio de Janeiro e da cidade do Salvador, na Bahia, que teriam por ocasião da Independência (1822) cerca de 100.000 habitantes cada uma, as demais não mereceriam ainda a classificação de *ciudades*. Talvez Vila Rica, em Minas Gerais, satisfizesse melhor do que elas as condições para um emprego rigoroso do termo, principalmente nos seus dias gloriosos da segunda metade do século XVIII.

E aqui tem cabimento outro paralelo com a América Espanhola, comparação contrastante já estabelecida por Sérgio Buarque de Holanda, ao mostrar a profunda diferença de plano entre a cidade hispano-americana e a brasileira, efeito do processo distinto de colonização.

Como o espanhol pretendeu construir uma outra Espanha na sua América, um "zelo minucioso e previdente" guiou-o,

desde o início, no estabelecimento de importantes “núcleos de povoação, estáveis, e bem ordenados”. As Leis de Índias chegam, no particular, às menores exigências.

Nada de semelhante encontramos na América Portuguesa. A *urbs* aí criada — di-lo Sérgio Buarque de Holanda — “não é produto mental, não chega a contradizer o quadro da natureza, e sua silhueta se enlaça na linha da paisagem. Nenhum rigor, nenhum método, nenhuma previdência”.

Esse desalinho urbano foi o que primeiro chamou a atenção de De La Barbinais ao passar pela cidade do Salvador, capital da Colônia, em começos do séc. XVIII. Viu tudo ali de tal modo irregular, que a praça principal, onde se erguia o palácio dos vice-reis, parecia estar no local por mero acaso. Se, decorridos mais de trezentos anos do descobrimento, isso se verificava na maior cidade do país, sede do Governo, onde deveriam estar os melhores arquitetos e mestres-de-obras, é fácil imaginarmos o que seriam, ao tempo e anteriormente, as outras cidades e vilas, originadas de aldeamentos de índios, de núcleos de catequeses, de arraiais de bandeirantes, de pousos de tropeiros ou de viajantes, de postos militares ou simples acampamentos de tropas, de fazendas, de engenhos... Daí não poderem crescer sem serem abandonadas ou destruídas as edificações e os arruamentos primitivos. Não é sem motivo que a toponímia conserva um número razoável de povoações denominadas *Vila Velha*.

Acresce salientar que essas cidades e vilas do período colonial, em verdade aldeias de crescimento desordenado, não podiam desempenhar o papel que lhes costumam atribuir nossos lingüistas, por motivos de ordem geográfica, demográfica e, principalmente, funcional, proibidas que foram de exercer atividades típicas de um centro urbano.

Como sabemos, até fins do século XVII, época em que o português do Brasil, nas formas coloquiais, já haveria tomado suas características básicas, foram criadas no Brasil sete cidades, todas costeiras. Três no século XVI:

1. Salvador da Bahia de Todos os Santos, fundada por Tomé de Sousa, em 1549, e capital do Brasil-Colônia até 1763;

2. São Sebastião do Rio de Janeiro, fundada por Estácio de Sá em 1565, definitivamente instalada em 1567, e capital do Brasil de 1763 a 1960;

3. Filipéia de Nossa Senhora das Neves, depois Paraíba, hoje João Pessoa, fundada em 1585.

Se a Salvador quinhentista era um burgo de um milhar de habitantes, não é difícil supor o número de habitantes das demais, assim como o das 14 vilas do tempo.

Quatro cidades se criaram no século XVII: São Luís do Maranhão (1612), Nossa Senhora da Assunção de Cabo Frio (1615), Nossa Senhora de Belém (1616) e Olinda (1673); e mais 37 vilas, das quais apenas cinco, a exemplo de São Paulo (fundada no século anterior), se afastavam da orla marítima, situadas na porção meridional do planalto Atlântico: Curitiba, fundada em 1693; Jundiá (1655), Guaratinguetá (1657), Itu (1657) e Sorocaba (1661). Entre essas talvez se deva incluir também Cameté, instalada em 1632 à entrada do Mundo Amazônico.

Ao tempo, era condição para erigir-se em vila um povoado que ele agasalhasse um mínimo de trinta cabeças de casal, mas casos houve, como o de Moji das Cruzes, no atual Estado de São Paulo, que se tornou entidade municipal, em 1611, sem abrigar mais de vinte pessoas. Isso para não mencionarmos as emancipações unilaterais, sem obediência a nenhuma formalidade legal, consentidas depois pelo poder competente, o que se verificou, por exemplo, na criação das vilas de Parati e Pindamonhangaba, localizadas, respectivamente, nos atuais Estados do Rio de Janeiro e de São Paulo.

Aglomerados humanos quase todos marítimos e de pequena densidade demográfica, essas cidades e vilas do Brasil-Colônia não preenchiam certas funções urbanas, que obrigassem ou incentivassem a fixação do elemento humano, disperso pelas plantações, pelas fazendas, pelos engenhos, pelas minas. Gabriel Soares, acostumado às cidades européias, estranha a capital da Colônia, em fins do século XVI, nestas palavras textuais: "... cidade exqu岸ita, de casas sem moradores, pois os proprietários passavam o mais tempo em suas roças rurais, só acudindo no tempo das festas".

E é compreensível que este singelo retrato de Salvador quinhentista se reproduzisse, através dos séculos, pelos núcleos populacionais da Colônia, pois que, praticamente, não exerciam eles duas funções urbanas fundamentais para a existência de outras, a industrial e a cultural.

Sob a alegação de evitar a falta de braços na agricultura e na mineração — as atividades rurais básicas do impé-

rio —, a Corte de Lisboa, mais no interesse do comércio inglês do que no próprio, cortou cerce qualquer pretensão industrial do Vice-Reino americano. Pelo Alvará de 5 de janeiro de 1785, proibia-se em todo o Brasil a manufatura de objetos de ouro e prata, e de tecidos de seda, linho, lã e algodão.

Côntinuava a Metrôpole no seu processo de colonização de base extrativa, de exploração comercial, complementar e não concorrencial de produtos.

Mas é a carência da função cultural e educativa que vai dar a essas cidades e vilas o seu aspecto singular, e vai torná-las inadequadas para difundir normas lingüísticas e, no particular, extremá-las dos centros urbanos da América Espanhola.

Enquanto os espanhóis cedo criaram colégios e universidades na sua América, no Brasil colonial existiram apenas uns poucos estabelecimentos de ensino primário e médio, e isso quase por milagre de certas ordens religiosas, especialmente a dos jesuítas. Os que pretendiam uma instrução superior deviam seguir para Coimbra, onde estava sediada a universidade do império.

A propósito, escreve Pedro Henríquez Ureña: "En las posesiones españolas, tan pronto como las nuevas poblaciones se convirtieron en ciudades y villas de tipo europeo, se fundaron escuelas, lo mismo para criollos que para indios. Aún no cumplía los cincuenta años la ciudad de Santo Domingo, en la Española, y ya tenía dos universidades: en 1538, por bula del Papa Paulo III, el colegio de la Orden de Santo Domingo se convertía en Universidad de Santo Tomás de Aquino, con iguales privilegios a los que tenían las de Salamanca y Alcalá de Henares (los frailes empezaron probablemente a impartir enseñanza en su convento poco después de su llegada en 1510); en 1540, un decreto real de Carlos V autorizaba la erección de la Universidad de Santiago de la Paz, dotada por un acaudalado extremeño, Hernando de Gorjón (m. en 1547), que se había establecido en la isla; tuvo su base en un colegio fundado antes de 1530 por el dinámico obispo Sebastián Ramírez de Fuenlal. En 1551, el Emperador creó dos grandes universidades en México y Lima, las dos únicas que llegaron a ser instituciones oficiales de la Corona. Otras más se fundaron en Bogotá (1580), Quito (1586), Cuzco (1598), Charcas (1624), Córdoba del Tucumán, Huamanga (1677), Guatemala (1687), Caracas (1725), La Habana (1728) y Santiago de Chile (1738)".

E acrescenta: "Parece que el número total de universidades de la América hispánica durante el período colonial fué de veintecuatro".

O mesmo contraste se observa com relação à imprensa, à editoração, que se inicia no México em 1535, no Peru em 1584, e no Brasil só em 1808, quando a invasão napoleônica levou a Corte a trasladar-se de Lisboa para o Rio de Janeiro, que se tornou assim, por algum tempo, a verdadeira capital do Reino-Unido.

Segundo José Toribio Medina, que estudou exaustivamente o desenvolvimento da imprensa mexicana e limenha, publicaram-se na cidade do México, de 1536 a 1821, 11.652 obras, assim distribuídas: 251, no século XVI; 1838, no século XVII; 6890, no século XVIII; e 2673, do começo do século XIX a 1821. Das oficinas da capital peruana saíram, entre 1584 e 1824, nada menos de 3948 obras.

Compreende-se, pois, que essas cidades cedo se tornassem focos de intensa vida cultural.

"A fines del siglo XVI", escreve Angel Rosenblat, "abundan los poetas en toda América. A un certamen en la Ciudad de México concurrieron trescientos; en 1587 había allí casa de comedias y gran actividad teatral. La vida literaria llegaba hasta los más apartados rincones del Nuevo Mundo. De aquel hervor de vida cultural salió a los veintún años, desde su Cuzco nativo, el Inca Garcilaso, y a los veinte años, desde su nativo México, Juan Ruiz de Alarcón".

O fato de Espanha haver dado a suas colônias uma organização de cultura igual à que ela mesma possuía não poderia deixar de traduzir-se numa conservação mais interessada e consciente da norma lingüística peninsular, irradiada extensa e intensamente por centros urbanos situados quase todos em regiões interiores.

Praticava-se, assim, eficazmente a doutrina da "língua companheira do império", preconizada por Nebrija.

A existência, desde a primeira hora, de uma literatura culta haveria forçosamente de deixar suas marcas na própria linguagem coloquial. Angel Rosenblat reconhece que "a ello se debe sin duda que el habla familiar de América esté hoy más llena de cultismos y de expresiones puramente literarias que la de España". E aduz, citando Pedro Henriquez Ureña. "La palabra viva ejerció siempre su encanto em nuestro mundo colonial. La gente gustaba de leer versos en alta voz, de asistir a las representaciones teatrales, de escu-

char los sermones y controversias eclesiásticas a aun los exámenes de los colegios”.

Nada disso ocorria em nossas cidades, onde, além da função político-administrativa, apenas a religiosa e a comercial eram realmente desempenhadas. Nas aldeias, nas vilas, nas cidades, dois lugares somente havia de importância inegável: “a igreja que era de todos e a venda que era para todos”, na frase feliz de João Camilo de Oliveira Torres.

O Brasil, o verdadeiro Brasil, não estava nas cidades. Estava então, como esteve sem dúvida, até meados do século XIX, no campo, na zona rural.

Martius, que, ao aportar ao Brasil em 1817, teve palavras tão elogiosas para o Rio de Janeiro, remodelado com a chegada da Corte, não duvidou de afirmar, depois de um melhor conhecimento do país: “o costume de morar a maior parte do ano em fazendas distantes, fora dos lugares habitados, domina em todo o Brasil”.

E Auguste de Saint-Hilaire, o naturalista francês que soube observar com tanta agudeza a nossa realidade, escrevia pela mesma época: “Nos distritos auríferos, assim como nas regiões exclusivamente agrícolas, os lavradores só vêm à povoação para assistir à missa do domingo e das festas, e suas casas ficam fechadas durante os dias de trabalho. A população permanente da povoação é composta quase toda de homens de cor, tendeiros e artesãos”. Em outra obra, acrescentava: “Os lavradores passam a vida nas fazendas e só vão à vila nos dias em que a missa é obrigatória. Forçando-os a se reunirem e comunicarem uns com os outros, o cumprimento das obrigações religiosas os impede, talvez mais do que qualquer outra causa, de cair em um estado próximo da vida selvagem.

Este antiurbanismo do brasileiro, tão olvidado nos estudos de nossos lingüistas, tem sido até elevado a princípio de comportamento humano, a uma filosofia de vida, por eminentes historiadores e sociólogos.

Oliveira Viana, por exemplo, assim caracteriza o nosso *homo colonialis*: “amante da solidão e do deserto, rústico e antiurbano, fragueiro e dendrófilo, que evita a cidade e tem o gosto do campo e da floresta — homem de que a expressão mais acabada e representativa é o paulista do bandeirismo — telúrico, eruptivo, abrupto, tal como as rochas de gneiss e manganês do seu *habitat* formador”. E assevera que os núcleos urbanos — vilas ou cidades — eram, ao tempo, sem-

pre *centrifugos* para as classes dominantes, pois aos homens de posse não apetecia morar neles. A própria vila, depois cidade de São Paulo, a principal "boca do sertão", que mereceu do distinto sociólogo uma breve comparação a uma aldeia portuguesa ou a um "village" francês, nunca apresentou nenhuma vida propriamente urbana durante o período colonial. Ele classificou-a como uma vila de "agricultores aldeados, que deixavam as suas casas fechadas para irem aos seus campos lavrados plantar as suas leiras, os seus trigos ou pastorear os seus rebanhos".

Alcântara Machado, que tão bem estudou o fastígio e o declínio do bandeirismo, demonstrou, à saciedade, a supremacia do meio rural sobre o urbano no São Paulo do tempo. São dele estas palavras: "Na cidade, o fazendeiro tem apenas a sua casa para descansar alguns dias, liquidar um ou outro negócio, assistir às festas civis ou religiosas. Um pouso. Nada mais. Paulo Prado é ainda mais incisivo, ao afirmar que "os moradores só ocorriam às vilas para as festas do fim do ano".

"A pujança dos domínios rurais, comparada à mesquitez urbana", é o quadro que nos oferece o Brasil colonial de norte a sul, de leste a oeste, e tudo nos leva a interpretar esse "predomínio esmagador do ruralismo", antes como "um fenômeno típico do esforço dos nossos colonizadores do que uma imposição do meio". Conclusão de Sérgio Buarque de Holanda e, também, de Gilberto Freire e Manuel Diégues Júnior.

Partamos, pois, desta verdade: criou-se, no país, desde os primeiros tempos uma sociedade de tipo agrário. "A essa sociedade agrária é que se vai dever a ocupação humana do território português na América. O colonizador volta-se para a vida rural; a exploração da terra, qualquer que seja a maneira, é que atrai e fixa o colono. Daí, a predominância da vida rural, os domínios dos valores rurais de vida, o quase exclusivismo da influência patriarcal dos senhores da terra, dos proprietários agrícolas. Sociedade agrária, principalmente, e não apenas patriarcal e escravocrata", acentua Manuel Diégues Júnior, que são as outras duas características que Gilberto Freire vê nessa sociedade em formação".

E esclarece Diégues Júnior: "Rural no litoral, plantando cana e fazendo açúcar; rural nas atividades pastoris que surgiram onde a criação do gado foi possível; rural no extrativismo vegetal que surge no extremo norte, ou no mineral que

se desenvolve com a exploração das minas de ouro; rural, ainda em outras formas de vida que surgiram com adaptação do homem ao ambiente; esta sociedade não se fracionou senão nas características peculiares que se criaram, através do modo de vida que o elemento humano estabeleceu nas relações com o meio", que apresentava diferenciações maiores ou menores, aqui e ali. E tal fato deve ser explicado como reflexo do espírito português, ou melhor, da cultura portuguesa: "essa flexibilidade de compreensão e de aceitação das diversidades de condições sociais, e não apenas geográficas, que cada sociedade ou grupo apresenta".

Nessa sociedade rural não podia vigorar uma norma lingüística fechada, nem haver um movimento literário de importância, o que exige vida urbana intensa.

Mas não ficaria completo o quadro da geografia humana colonial com reconhecermos apenas a supremacia do meio rural sobre o urbano, e a não interferência dos padrões de vida do último sobre o primeiro. É necessário irmos além e admitirmos que, ao tempo, era o meio rural que impunha às sedes urbanas os seus costumes, já que as dominava, discricionariamente, do ponto de vista econômico, político e, conseqüentemente, administrativo.

Os senhores rurais faziam as eleições, escolhiam os vereadores, controlavam as Câmaras e, através delas, a vida dos moradores da cidade. E não nos devemos esquecer de que nas "Câmaras Municipais só tinham assento os chamados 'homens bons', e esses homens bons não eram outros senão os grandes proprietários, os fidalgos endinheirados, a nobreza de nome, sobretudo de terras e escravos. Aos mercadores, aos mecânicos, aos artífices, aos negociantes estava vedado o ingresso nas Câmaras".

A respeito é elucidativo o que afirma o Conde da Cunha, primeiro Vice-Rei do Brasil, em carta ao Rei de Portugal, datada de 1767, onde se descreve o Rio de Janeiro, já capital da Colônia, "como só habitada de oficiais mecânicos, pescadores, marinheiros, mulatos, pretos boçais e nus, e alguns homens de negócios, dos quais muito poucos podem ter esse nome, sem haver quem pudesse servir de vereador, nem servir cargo autorizado, pois as pessoas de casas nobres e distintas viviam retiradas em suas fazendas e engenhos".

O homem do campo transformou-se, assim, no Brasil, em transmissor de hábitos à vida da cidade e não em assimilador deles, tal como os senhores rurais do Latium, que expulsa-

ram os Etruscos e dominaram Roma, continuaram a exercer, de suas casas senhoriais no campo, toda sorte de influência na vida da cidade, onde possuíam moradias secundárias, a que vinham, de regra, como os brasileiros, por motivos políticos, religiosos e comerciais.

O resultado desse longo período de predominância da diversidade rural sobre a tendência uniformizadora do meio urbano é patente num e noutro caso. Meillet, Schmidt e Marouzeau reconhecem que por ele se explica, entre outros fatos, uma certa vacilação morfológica de que nunca se desvincilhou a língua latina. É a ele, também, que devemos atribuir, em primeiro lugar, o acentuado poliformismo do português do Brasil.

Com essas considerações, apoiadas numa documentação haurida nos melhores observadores e analistas da realidade brasileira, visamos a um duplo fim: mostrar que, até meados do século XIX, houve uma supremacia esmagadora do meio rural sobre o meio urbano, no qual influía de várias formas, inclusive modelando-lhe comportamentos lingüísticos. Em decorrência dessa conclusão, temos, obviamente, de discordar da seguinte afirmativa do saudoso Serafim da Silva Neto, perfilhada por Sílvio Elia e outros eminentes filólogos brasileiros: "Em cada uma das *ilhas* que formam o *continente* brasileiro, as cidades foram focos de irradiação civilizadora".

E desta mais explícita: "As cidades figuram como centros de áreas circulares ou semicirculares de onde se irradiam para a periferia fluxos de influência do falar urbano. É uma ação lenta, mas progressiva e eficiente".

Estas afirmações do sábio lingüista brasileiro mereciam ainda um reparo quanto ao entendimento exato que se deva dar aí ao verbo *irradiar*. Os aglomerados humanos que se foram estendendo pelo Brasil afora eram sempre de difícil acesso. O tradicional desinteresse português e brasileiro pelas boas estradas agravava-se na época colonial, por motivos políticos e fiscais. Foi o que se observou, por exemplo, em Minas Gerais e em Mato Grosso por ocasião do "rush" em busca do ouro e das pedras preciosas. "Quanto mais abundantes fossem as estradas", lembra Afonso Arinos de Melo Franco, "tanto mais fácil se tornaria o contrabando do metal e das pedras, e mais difícil a ação do fisco real". E continua: "Daí a sucessão de medidas drásticas, adotadas pela Coroa, para evitar o mais possível a formação de uma rede de comunicação na capitania. Xavier da Veiga nos re-

fere as seguintes: carta régia de 25 de março de 1725 e ordem de 19 de abril de 1727, suspendendo a abertura de um caminho de Minas para Mato Grosso. Ordens de 30 de abril de 1727 e 15 de setembro de 1730, proibindo que se abrisse um novo caminho de Minas para São Paulo, além do já existente, que datava das primeiras bandeiras de exploração. Ordem de 9 de abril de 1725, proibindo que se rasgasse, ao sul, um caminho da região do Aiuruoca para a zona do rio Paraíba (esta foi a direção tomada, no tempo do Império, pelo movimento emigratório de Minas para a província do Rio, promovido pela lavoura do café). Ordem de 12 de outubro de 1758, mandando processar o padre Antônio Gonçalves de Carvalho e seus consócios pelo "crime" de terem aberto a dita picada.

Aliás, o alvará de 27 de outubro de 1733, já dispunha de forma geral e peremptória: "que se não abram novos caminhos ou picadas para quaisquer minas, ou já descobertas ou que se descobrirem para o futuro, e que, no caso de ser conveniente abrirem-se, se represente primeiro a Sua Majestada, e se não abram sem sua licença".

Rigorosas eram as disposições legais que impediam a penetração em outras áreas do interior e também da bacia amazônica. A única estrada livre era o mar, que interligava os aglomerados humanos dispersos pela costa. Daí a relativa unidade dos falares litorâneos em contraste com as diferenças, por vezes sensíveis, que os separam dos falares do interior, e estes entre si.

Para os espanhóis o mar existia como um obstáculo a vencer. Conhecem-se os atos de Cortez e Pizarro em relação aos navios que os transportaram com suas tropas. Tal comportamento, já se disse, seria inconcebível num comandante português. As ordens da Coroa eram sempre contrárias à entrada no sertão, para não desguarnecerem a marinha.

A obra épica do bandeirante é um caso à parte. Obra inicialmente mais de penetração do que do povoamento, talvez até despovoadora, pela matança e aprisionamento do indígena, representa sem dúvida a primeira afirmação de personalidade do mestiço brasileiro. Mas precisa de ser, em parte, desmitificada.

"O Brasil foi feito pelos paulistas", disse, bairristicamente, Eduardo Prado, empregando *paulista* como sinônimo de *bandeirante*.

Mais exato seria ter dito que o Brasil foi feito pelos brasileiros. A obra desbravadora do bandeirante não poderia aspirar à fixação sem o trabalho pertinaz e humilde do tropeiro, que desempenhou na interligação desses povoados perdidos pelo interior o papel do caravaneiro do deserto. E por brasileiro, no caso, não queremos entender apenas os originários ou mestiços dos três elementos básicos de nossa formação — o português, o índio e o africano —, mas todos aqueles que, em épocas várias, aportaram no país e que, ao respirarem os novos ares e ao se sentirem cercados por natureza nova e poderosa, já não eram os mesmos homens. Nos primeiros anos após o descobrimento, a pressão do meio americano seria tal que portugueses houve que se indianizaram totalmente, chegando a furar os lábios e comer carne humana.

Depois as adaptações serão menos violentas, mas nunca poderão faltar. Mesmo os espanhóis, apesar das diferenças profundas que separam as suas criações das portuguesas, só conseguiram, na América, continuar a vida européia parcialmente, "quanto ao essencial, e quanto ao essencial apenas", diz-nos Lucien Febvre, que o justifica: "Bem depressa, as condições de separação, de clima, de extensão, de povoamento, de estrutura social intervêm efetivamente para estabelecer entre as pátrias de origem dos emigrantes e sua pátria de "criação" diferenças de singular importância que resultam de uma necessidade de adaptação inexorável".

Foi essa adaptação inexorável que permitiu que, já como americanos, os milhões de emigrantes de outros povos europeus que para cá vieram no século passado fizessem a grandeza das campinas dos Estados Unidos, dos pampas da Argentina e da terra roxa de São Paulo, que, sem os seus braços, certamente estariam ainda hoje quase que inexploradas. É essa adaptação inexorável, por fim, que compele, na primeira geração, o filho de imigrante a mal compreender, de regra, a língua paterna e a falar, sem nenhum sotaque, o seu idioma nacional.

A afirmação de Eduardo Prado vale como uma figura de retórica. É uma sinédoque.

O desenvolvimento espantoso da cidade de São Paulo, atualmente o maior centro industrial da América Latina, com uma população urbana de 6 milhões e meio de habitantes e de 12 milhões, se incluirmos a periferia dela dependente, é, em grande parte, efeito da generosa e integradora colabora-

ção do emigrante estrangeiro e nacional. Lembremos, a propósito, que em 1871, há pouco mais de cem anos, essa gigantesca metrópole era um pequeno burgo de 31.000 habitantes, que, embora tivesse já uma Faculdade de Direito, passava por ser a cidade do Brasil em que se falava o pior português.

Feita essa pequena digressão, retomemos o fio de nosso raciocínio.

A cupidez do ouro e das pedras preciosas teve sempre mais força que as ordens emanadas da Corte de Lisboa. A descoberta das Minas Gerais em fins do século XVII vai provocar uma transplantação em massa para o interior não só dos habitantes da costa, que até então viviam a arranhá-la como caranguejos, na comparação afortunada de Frei Vicente do Salvador, mas do próprio Reino, que quase se despovoou.

Uma nova legislação repressiva, policialesca, não conseguiu, entretanto, impedir a fixação de núcleos da região mineira, onde, no século XVIII, por época do fastígio do ouro, vão surgir cidades e vilas do tipo europeu — a exemplo de Mariana e, principalmente, de Vila Rica — a permitirem intensa vida urbana, com o conseqüente aparecimento de uma verdadeira academia poética e musical e, mais do que isso, com a consolidação do espírito da nacionalidade, que vai corporificar-se na Inconfidência Mineira.

Para a região das minas de diamantes faz-se a célebre Demarcação Diamantina, verdadeiro Estado dentro do Estado, com seus limites rigidamente definidos, e que ninguém podia transpor sem licença expressa das autoridades. Martins considerou "única na história" semelhante "idéia de isolar um território, onde todas as condições civis ficavam subordinadas à exploração de um bem exclusivo da Coroa".

Foi provavelmente pelas dificuldades de trazê-la de novo ao seu Tejuco que João Fernandes, o riquíssimo contratador de diamantes, achou mais prudente satisfazer os desejos de navegar da mulata Chica da Silva, construindo-lhe no próprio local um lago e um navio, do que levá-la ao porto do Rio de Janeiro.

Esse insulamento do distrito diamantino foi também a causa da sobrevivência até há poucos anos do *crioulo* de São João da Chapada, felizmente recolhido nos seus últimos momentos por Aires da Mata Machado Filho.

Não fosse a descoberta das minas, e o colonizador provavelmente não teria abandonado a comodidade da exploração litorânea.

Conservar-se na costa era para o português fundamental. Afastar-se das águas atlânticas — caminho único por que lhe chegavam os elementos necessários para conservar o padrão mínimo de vida a que se acostumara —, distanciar-se dessas águas, as mesmas águas que banham a faixa lusitana e que traziam sempre uma esperança de retorno, era arriscar-se no desconhecido a perigos de toda sorte, em contato com a natureza agreste e com a selvageria dos índios de línguas travadas, que viviam no Planalto.

Na costa habitava uma única família de indígenas, que por toda ela falava o mesmo idioma. E esse idioma foi imediatamente aprendido pelos primeiros povoadores, tirado em Artes pelos jesuítas, que o adaptaram ao seu sistema lingüístico e o tornaram um instrumento apto a servir de língua de intercuro.

Parece que a conquista do litoral pelos tupis se deu pouco antes da chegada dos portugueses. Ainda na 2ª metade do século XVI, vai ocorrer a migração dos tupis para o Maranhão e as margens do Amazonas. Como pondera um historiador, dir-se-ia que eles apenas prepararam terreno para a conquista portuguesa. "Onde a expansão dos Tupis sofria um hiato, interrompia-se também a colonização branca, salvo em casos excepcionais, como o dos Goianás de Piratininga, que ao tempo de João Ramalho já estariam a caminho de ser absorvidos pelos Tupiniquins, ou então como o dos Cariris do sertão ao norte do São Francisco".

Historiadores e antropólogos são unânimes em reconhecer "a capacidade dos povos Tupi-Guaranis para assimilarem traços de culturas diferentes da sua e também para 'tupinizarem' os povos estranhos à sua raça".

Encontraram-se e confundiram-se, assim, duas culturas por excelência amoldáveis — a portuguesa e a tupi.

O veículo normal dessa cultura foi, durante mais de dois séculos, a chamada "língua geral".

É muito conhecida — e também muito contraditada — a afirmação de Teodoro Sampaio de que, até "o começo do século XVIII, a proporção entre as duas línguas faladas na Colônia era mais ou menos de três para um, do tupi para o português. Em algumas capitânicas, como em São Paulo, Rio

Grande do Sul, Amazonas e Pará, onde a catequese mais influiu, o tupi prevaleceu por mais tempo ainda”.

E adiante acrescenta: “As *bandeiras* quase que só falavam o tupi. E se por toda a parte, onde penetravam, estendiam os domínios de Portugal, não lhe propagavam, a língua, a qual só mais tarde se introduziu com o progresso da administração, com o comércio, e os melhoramentos”.

Do Padre Antônio Vieira é a conhecida informação sobre a São Paulo de 1694: “. . . as famílias dos portugueses, e índios em São Paulo estão tão ligadas hoje umas com as outras, que as mulheres e os filhos se criam mística e domesticamente, e a língua, que nas ditas famílias se fala, é a dos índios, e a Portuguesa a vão os meninos aprender à escola. . .”.

Em São Paulo a língua geral até fins do século XVII dominou de modo absoluto nas camadas mais humildes e numerosas. Que as crianças das classes mais abastadas, e mesmo as educadas, aprendiam primeiro o tupi-jesuítico e, depois, o português é fato referido por numerosas testemunhas do tempo, que também nos esclarecem que as mulheres de todas as classes sociais se exprimiam com fluência no mesmo idioma.

É eloqüente, a respeito, a solicitação que, em 1698, o Governador Artur de Sá de Menezes fez a El-Rei no sentido de que só se escolhessem párocos para as igrejas da Repartição Sul que conhecessem a língua geral dos índios, porque diz: “. . . a maior parte daquela Gente se não explica em outro idioma, e principalmente o sexo feminino e todos os servos, e desta falta se experimenta irreparável perda, como hoje se vê em São Paulo com o novo vigário que veio provido naquela Igreja o qual há mister quem o interprete. . .”.

Um ano antes o Bispo de Pernambuco dizia do bandeirante Domingos Jorge Velho, o vencedor de Palmares e desbravador do Piauí, que ele precisava levar intérprete porque nem falar sabia o português. Embora toda a informação do Bispo venha eivada de má vontade contra o grande régulo parnaibano, uma conclusão dela pode ser tirada: Domingos Jorge Velho comunicava-se normalmente na língua geral como, de regra, os outros bandeirantes.

Em outras regiões, como o Maranhão, a língua geral era a dominante, bem entrado o século XVIII, como testemunha Aires do Casal, ao afirmar que “a língua portuguesa começou a ser geral ou, para melhor dizer, a ter uso em 1755”. E

João Francisco Lisboa refere-se ao fato de que neste ano de 1755 estava a língua portuguesa de tal modo estragada, ou antes banida, que em São Luís e Belém só a túpica se falava até mesmo nos púlpitos”.

Aliás, contra esse predomínio opressivo da língua Geral sobre a portuguesa já se vinham manifestando os “homens bons” da região, pelo menos desde 12 de abril de 1729, que é a data da *Representação dos Moradores do Estado de Maranhão*, a el-Rei, violento libelo contra os jesuítas, onde se lê textualmente que, “esquecendo-se (os missionários) do aumento espiritual dos índios das missões, de sorte que devendo ensinar-lhes a língua portuguesa e alguns a ler para perceberem com sua clareza a doutrina evangélica e se fazerem mais tratáveis e melhores vassalos de Vossa Majestade, os conservam só com a língua a que chamam geral naquele Estado, que difere muito pouco da bruta linguagem com que saem dos sertões, no que os imitam também os moradores, que não podem obrigá-los a aprender a língua portuguesa, sem especial ordem de V.M.; porque sem ela eles fugirão para as missões, onde os missionários os conservam sem querer restringi-lo a seus anos...”. Solicitavam finalmente que ordenasse el-Rei aos missionários ensinarem a língua portuguesa aos índios sob sua tutela e aos moradores que a transmitissem aos gentios livres ou escravos.

Se ainda no século XVIII em certas partes do Brasil, a língua geral dominava a portuguesa da maneira que nos informa a documentação produzida, a que atribuir a súbita alteração desse panorama, com a decadência vertiginosa no falar indígena?

Serafim da Silva Neto e Sérgio Buarque de Holanda acreditam que tal decadência “se deveu à fortíssima imigração de renóis, seduzidos pelos descobrimentos das minas gerais”.

Creemos que tal acontecimento terá contribuído apreciavelmente para a generalização da língua portuguesa, mas o fator decisivo, a nosso ver, foi a expulsão dos jesuítas e as medidas tomadas pelo *Diretório* de 3 de maio de 1757, aplicadas primeiro ao Pará e Maranhão e extendidas em 17 de agosto de 1758 a todo o Brasil, e que tornaram obrigatório o uso oficial da língua portuguesa.

Permitimo-nos citar em abono de nossa tese este passo esclarecedor do memorável documento pombalino, inexplorado até agora por nossos filólogos e, mesmo, pela maioria de nossos historiadores: “sempre foi máxima inalteravelmente

praticada em todas as nações que conquistaram novos domínios, introduzir logo nos povos conquistados o seu próprio idioma, por ser indispensável, que este é um meio dos mais eficazes para desterrar dos povos rústicos a barbaridade dos seus antigos costumes e ter mostrado a experiência, que ao mesmo passo que se introduz neles o uso da língua do Príncipe, que os conquistou, se lhes radica também o afeto, a veneração e a obediência ao mesmo Príncipe. Observando pois todas as Nações polidas do Mundo este prudente e sólido sistema, nesta conquista se praticou pelo contrário, que só cuidavam os primeiros conquistadores estabelecer nela o uso da Língua, que chamamos geral, invenção verdadeiramente abominável e diabólica, para que privados os índios de todos aqueles meios que os podiam civilizar, permanecessem na rústica e bárbara sujeição, em que até agora se conservam. Para desterrar este perniciosíssimo abuso será um dos principais cuidados Directores estabelecer nas suas respectivas povoações o uso da língua portugüesa, não consentindo por modo algum que os Meninos e Meninas, que pertencerem às escolas, e todos aqueles índios que forem capazes de instrução nesta matéria, usem da língua própria das suas nações ou da chamada geral, mas unicamente da Portugüesa, na forma que S.M. tem recomendado em repetidas ordens, que até agora não se observaram, com total ruína espiritual e temporal do Estado”.

De que essas medidas tiveram um resultado prático, não pode restar dúvida. As objeções que lhe quiseram opor, ao tempo, os defensores do bilingüismo não tiveram força para impedir que a 12 de maio de 1798, quando o *Diretório* foi abolido por recomendação de D. Francisco Maurício de Souza Coutinho, Governador do Pará, a língua portugüesa não mais precisasse ser imposta para dominar inconcussamente, com exceção da Amazônia, as próprias regiões brasileiras quarenta anos antes de predominante influência Tupi.

Em resumo: o jesuíta e o bandeirante, que tanto se empenharam em submeter o índio, impondo-lhe a sua disciplina, eram, se bem que antagonistas, sustentáculos ambos da língua geral.

Daí admitirmos a premissa anti-substratista de Matoso Câmara Júnior, de que a nação brasileira não é um conjunto de tribos indígenas ou africanas que tenham adotado a língua portugüesa, sem que nos vejamos obrigado a chegar à conclusão do ilustre lingüista de que índios e negros estiveram

sempre enquadrados numa grande massa branca e mestiça luso-falante.

Coordenando e sintetizando as considerações históricas até aqui feitas com vista a conclusões de ordem lingüística, podemos estabelecer que o Brasil foi, no decurso de quatro séculos, um vasto país rural. Suas cidades, quase todas costeiras, de pequena densidade demográfica e desprovidas de centros culturais importantes, nenhuma influência exerciam nas longínquas e espacejadas povoações do interior. Cerca de quatrocentos anos, portanto, a língua, assim distribuída espacialmente, seguiu uma deriva diversificadora. Esta diferenciação regional, em certos pontos ainda muito sensível, aguarda que os nossos lingüistas a façam objeto de pesquisas sérias, através de monografias locais e atlas regionais, que nos mostrem o fato lingüístico e o fato cultural de que ele é a expressão, que nos deixem ver com nitidez os desníveis temporais deste imenso país, as zonas neologizantes, porque inovadoras e progressistas, e as arcaizantes, conservadoras na língua e nos costumes, com os seus falantes marginalizados dos próprios acontecimentos históricos.

Mas, como sabemos, todo aquele opressivo domínio do campo e de seus modelos sócio-culturais sobre a vida brasileira começou "a depauperar-se, a desgastar-se com o surto do burguesismo no século XIX. É o declínio do patriarcalismo rural e o surgimento de uma nova influência: a do patriarcalismo urbano". A cidade começa então a influir normativamente na vida do país, e o faz num crescendo vertiginoso pelo aparecimento do fenômeno da megalópole e dos poderosos meios de comunicação, como o rádio e a televisão.

A geografia humana brasileira haveria de mudar completamente, em poucos anos, com a fundação de novas cidades e o crescimento desmesurado de outras. Cidades tornadas centros de cultura, a assumirem posição reitora, a nivelarem os falares atraídos para a sua órbita, a alterarem, enfim, com sua força unificadora, o panorama lingüístico do país. Para estudarmos os estratos sociolingüísticos que apresentam, para descrevermos a norma idiomática que irradiam, temos obviamente de concentrar nossas pesquisas no terreno da dialectologia vertical, da sociolingüística, uma nova e sedutora disciplina ainda em busca de metodologia adequada.

A recolha e a análise dos fatos lingüísticos numa grande cidade apresenta um sem-número de dificuldades. Tal estudo

deve visar a estabelecer, em primeiro lugar, a altura social dos fenômenos lingüísticos e a verificar a vitalidade ou a inoperância das normas tradicionalmente ensinadas.

E não confundamos a determinação de uma norma com o estudo dos níveis sócio-culturais, embora aquela determinação pressuponha minuciosas pesquisas neste campo.

Que representa uma norma? Exatamente qual a realização "normal" de um sistema. Nem mais, nem menos. Mas as "oposições normais" são essencialmente distintas das oposições sistemáticas; estas são internas, ao passo que aquelas são externas. Um fato de norma pode ser "funcional" (por ex., pode ter função expressiva ou apelativa), mas só com relação a outra norma (correspondente a *outro* ambiente social, a *outro* âmbito regional, a *outro* 'lugar' do sistema), ou, simplesmente, com referência ao que 'não se diz' (norma inexistente), e não dentro da mesma norma".

O estudo dos níveis culturais, no entanto, implica relações e contraste entre cada um deles, com o que as finalidades em um ou outro tipo de trabalho são totalmente diversas e suscitarão problemas que afetam de modo diferente à própria lingüística geral. É claro que o conhecimento da norma em falantes de um mesmo estrato social reflete apenas as modalidades pessoais de cada um deles dentro dos elementos constitutivos da norma, mas um inventário de todas as camadas previsíveis nos permite descobrir o funcionamento do sistema por cima de cada uma das particularidades de grupo ou classe, ao mesmo tempo que permite — na comparação dos estratos — analisar o que poderia ser uma estilística da língua (como a modalidade que afete a todos eles).

Mas a complexidade do estudo não pára aí.

Ao programarmos a descrição das formas lingüísticas em uso, por exemplo, em centros urbanos das proporções do Rio de Janeiro e de São Paulo, metrópoles cosmopolitas e, do ponto de vista nacional, altamente integradoras, não podemos deixar de levar em considerações as relações que aí se estabelecem entre os diversos sistemas e subsistemas da língua, as diferenças de natureza espacial, *diatópicas*, e sobretudo, como dizíamos, as de natureza cultural, social, vale dizer *diastráticas*. Ao conjunto da língua entendida como *diasistema*, no sentido que lhe emprestam Uriel Meinreich e os seus seguidores, não é aplicável o conceito corrente de estrutura, válido apenas para os sistemas parciais, como viram com agudeza José Pedro Rona e Giuseppe Francescato. Com

isso, complica-se enormemente a possibilidade de obtermos uma descrição que nos dê a idéia aproximada de um falar urbano no seu concreto operar, ainda que o observemos num restrito e nivelado grupo de usuários.

Em tudo isso está a ensinar-nos que só há um caminho para melhor conhecermos a realidade lingüística brasileira: a pesquisa honesta, longa (o levantamento da norma culta das cinco cidades brasileiras está programado para nove anos) e com metodologia adequada, própria. Recente congresso sobre Ciências Humanas reconheceu a desvalia de métodos transplantados nestes campos do saber. "Cada sociedade nacional deve procurar chegar a uma compreensão própria e rigorosa de seu ser e de tudo que a condiciona. Isto quer dizer que nenhum discurso definitivo, suscetível de aplicação universal, foi jamais formulado e é provável que nunca poderá sê-lo".

Mas voltemos à linha tronco de nossas considerações.

Como obtermos dentro desse polimorfismo, que incide não somente no campo fonômico e fonético, mas também no morfológico e no sintático, a descrição do falar de um grande centro urbano, sabendo-se que a descrição deve ser não apenas *sincrônica*, senão também *sintópica* e *sinstrática*, para melhor aproximar-se da realidade?

E aqui chegamos a um ponto que não deve ser olvidado, ou seja: por que forma poderemos enquadrar nesse plano diassistemático a língua escrita, que é, em última análise, aquela que consubstancia a norma do falar geral numa língua que tem história, como a portuguesa.

a propósito, escreve José Pedro Rona: "A língua literária, que geralmente representa o ideal de língua, pode coincidir com um dos sistemas parciais do diassistema, e neste caso é uma língua literária diassistemática. Pode também (e é o caso do português americano considerado padrão) ser exterior ao próprio diassistema". Tem-se, então, uma língua literária extradissistemática, corpo estranho e, portanto, de difícil absorção por parte daqueles que devem usá-lo. É um "standard do qual se aproxima mas não se ajustam totalmente os sistemas dos níveis cultos dos diversos lugares. É um sistema em si mesmo, mas não é igual a nenhum sistema parcial do diassistema". Por isso, Rona chama-o *atópico*. Extrema e arbitrariamente codificado, impede que os falantes cultos a ela se ajustem totalmente e torna-se um empecilho insuperável a qualquer processo de alfabetização que nele se apóie.

É ainda na história que vamos encontrar a explicação da diglossia que se veio acentuando progressivamente do Descobrimento ao Romantismo entre a língua popular, entregue à sua sorte na boca de tantas e tão variadas comunidades de analfabetos que se espalhavam pela vastidão do Brasil, e a língua dos doutores e dos padres, dos bacharéis bem-falantes, mosaico de fragmentos do passado literário, que essa elite de "bons-latinos" aprendia em Coimbra, ou nas tradições portuguesas conservada nos poucos colégios da Colônia.

Entramos assim no século XIX com uma distância enorme entre a língua escrita e a língua falada. A luta por diminuí-lo vai confundir-se, nos espíritos mais esclarecidos, com a própria luta pela formação de uma literatura verdadeiramente brasileira (pois que entendia como harmoniosa conciliação entre temática e forma expressional), e só chegará a bom termo, em nossos dias, neste século de Ouro literário que vamos vivendo.

Depois de um período de descrédito dos estudos diacrônicos e do impasse em que se encontrou a sincronia estática bloomfieldiana, procura a lingüística atual novos caminhos em ligação estreita com outras disciplinas, inclusive com a história sócio-cultural.

"Se a história nos envolve a todos, lembra Merleau-Ponty, cabe-nos compreender que aquilo que podemos ter de verdade não se obtém contra a inerência histórica, mas por ela. Superficialmente pensada, ela destrói toda a verdade; pensada radicalmente, ela cria uma nova idéia da verdade".

A lingüística histórica da América luso-falante está ainda por pesquisar e escrever-se.

Uma explicação antes de terminar.

Com enumerarmos certos aspectos deficientes da colonização portuguesa, não queremos calar-lhe os positivos, que são muitos, não sendo o menor o de deixar-nos um grande país coeso — unificado no território, integrado no povo — exemplo único de harmônica mestiçagem de raças, de que saiu o "homem cordial", que, segundo alguns sociólogos, é a nossa contribuição ao mundo tumultuado do presente.

O Portugal que descobriu ao mundo novos mundos não o fez por acaso, mas porque estava realmente na vanguarda da ciência experimental do tempo. Foi o "saber de experiências feito", que para si reivindicava o próprio Camões e que tanta importância teve no progresso ulterior da ciência, que permitiu o domínio paulatino do "mar tenebroso" e deu à

façanha de Vasco da Gama — não o caráter de aventura da de Colombo — mas o de uma “viagem de cabotagem de alto estilo”.

A língua é apenas um dos elementos de unidade de um império. Portugal concedeu sempre prioridade a outros.

Lembra-me, a propósito, uma resposta de Maria Rosa Lida a Hércio Martins, quando o malogrado filólogo brasileiro preparava sua tese de doutorado sobre Amado Alonso e, naturalmente, se correspondia com aquela sua discípula diletta.

Estranhara Hércio — e nisso talvez pusesse uma ênfase particular — o fato de serem quase inexistentes os estudos lingüísticos em Buenos Aires antes da chegada de Amado Alonso, uma espécie de rei Artur a por ordem na confusa terra de Gales, como diria Eça de Queirós.

Maria Rosa acalmou-lhe os arroubos do exclusivismo científico, ponderando-lhe que nada disso impedia que Buenos Aires fosse já então uma grande cidade — das mais importantes do mundo — e que as grandes cidades não se fazem precisamente com lingüistas.